

Na Venezuela, eleição antecipada é a última cartada do chavismo

por [Antonio Luiz M. C. Costa](#) —

Carta Capital, 07/02/2018

Maduro resolveu convocar eleições presidenciais antes do prazo. Por estranho que pareça, de seu ponto de vista é um bom momento

Maduro não tem hoje a maioria, mas o chavismo ainda é mais popular que qualquer das forças de oposição. Conta com boicotes e desentendimentos entre elas para vencer

Sem aviso prévio, começa uma campanha para uma eleição presidencial cuja data ainda não foi marcada, mas deve acontecer em três meses, no máximo. Esse cenário de realismo fantástico acontece de fato na [Venezuela](#) e pode ser a última cartada do chavismo para permanecer no poder sem perder o que lhe resta de legitimidade democrática.

A [crise econômica](#) derrubou a popularidade do governo nos últimos anos e o mesmo perdeu as eleições para a Assembleia de dezembro de 2015. Com 56% dos votos, a oposição unida na Mesa da Unidade Democrática obteve 67% das cadeiras. Foi o pior resultado para o bolivarianismo na Venezuela desde a primeira eleição de Hugo Chávez em 1999, e Nicolás Maduro, em rara autocrítica, a qualificou como uma “bofetada na cara para despertar”. Seu partido, o PSUV, perdera o apoio dos venezuelanos médios e suas bases estavam reduzidas à militância e aos setores mais pobres, que não deixam de ser uma parte bem considerável da população.

A oposição poderia, provavelmente, ter usado sua maioria com mais inteligência do que lançando desde o primeiro dia um ataque frontal e inconstitucional ao governo, com a tentativa de aprovar retroativamente a redução do mandato de Maduro, reduzir os poderes do Executivo, tentar criar um Supremo paralelo e ao mesmo tempo flertar com setores militares com a esperança algo ingênua de que estes estivessem dispostos a depor o governo.

Talvez isso fosse possível se a desobediência civil pregada pelo ex-candidato da oposição, Henrique Capriles, tomasse impulso. Entretanto, as passeatas pela deposição de Maduro mobilizaram os mesmos grupos de sempre e a tentativa precipitada e desajeitada de virar o tabuleiro não ajudou a oposição. Os novos eleitores da oposição, ao contrário dos antigos, não estavam tomados de [ódio ao chavismo](#), queriam apenas dar-lhe uma lição e pôr no Legislativo deputados que o moderassem e fiscalizassem e ajudassem a amenizar a crise.

Não foi para agravá-la, muito menos para acabar com a política social que o bolivarianismo ainda consegue manter. Recearam um retorno a 2014, quando as manifestantes de direita do movimento “La Salida”, instigadas pelos teoricamente social-democratas Leopoldo López e Antonio Ledezma e pela conservadora [María Corina Machado](#), depredaram não só sedes chavistas, como também postos de saúde, mercados e conjuntos habitacionais em bairros pobres.

Como mostraram as pesquisas de opinião na época, a [popularidade de Maduro melhorou](#) nos primeiros meses de 2016, apesar do agravamento da inflação e de uma seca que, combinada a falhas administrativas na gestão das termoeletricas acrescentou à escassez de bens de consumo um racionamento severo, com seguidos cortes de energia. De 21% em dezembro de 2015, a aprovação ao presidente subiu para 33% em fevereiro, índice então melhor do que os presidentes de Brasil, Chile, Colômbia e Peru.

Bloqueado o caminho do golpe legislativo pelo veto do Supremo e do golpe militar pelo apoio explícito dos comandantes ao presidente, a oposição tentou o caminho constitucional do plebiscito revocatório e pareceu ter chances de conduzi-lo com sucesso até 13 de maio, quando o chavismo endureceu, decretou um estado de emergência e avisou que não haveria referendo.

A razão foi não tanto o quadro interno quanto a consumação do golpe parlamentar no Brasil na véspera com o [afastamento de Dilma Rousseff](#). Além de perder o vizinho do Sul como referência de normalidade e potencial mediador contra movimentos desestabilizadores, o governo da Venezuela convenceu-se da existência de uma articulação internacional contra as esquerdas latino-americanas e da inutilidade de preservar as regras do jogo. Recorreu sem mais pudores ao controle efetivo do Judiciário, do Poder Eleitoral (na Venezuela, independente do Judiciário) e das Forças Armadas.

Enquanto Michel Temer e seu então chanceler José Serra forçavam a expulsão da Venezuela do Mercosul e o secretário-geral da OEA tentava sem sucesso suspender o país também dessa organização, o governo Maduro, possivelmente pressionado pela ala mais radical do chavismo liderada por [Diosdado Cabello](#), chegou a ameaçar com a dissolução da Assembleia. Não se chegou a esse extremo, mas o Conselho Eleitoral da Venezuela retardou ao máximo e depois inviabilizou o referendo revocatório esperado para o fim de 2016. Quando a oposição tentou mobilizar a desobediência civil, os militares e a OEA, constatou mais uma vez não ter apoio suficiente para virar o jogo em nenhum desses três vértices.

Em maio de 2017, Maduro sentiu-se suficientemente seguro para simplesmente ignorar o Legislativo de maioria oposicionista e [convocar uma Assembleia Constituinte](#), que a oposição boicotou sem conseguir esvaziar. Por maior que seja a responsabilidade do chavismo na deterioração da economia, uma parcela ainda bem respeitável da população o vê como mal menor e está disposta a enfrentar a oposição nas ruas. Além desse obstáculo, a oposição enfrenta sua fragmentação em facções sem nada em comum além da rejeição ao chavismo.

Isso ficou claro nas [eleições estaduais de outubro de 2017](#), vencidas pelo governo em 18 dos 23 estados. Além da mudança de data, houve atrasos e mudanças de última hora nas seções eleitorais que provavelmente prejudicaram a oposição, mas isso não chega a explicar o resultado. E ao exigir que os novos governadores prestassem juramento ante a Assembleia Constituinte, Maduro dividiu as oposições: quatro aceitaram fazê-lo e o quinto, que recusou, não foi empossado. Em protesto, vários dos principais partidos de oposição boicotaram a eleição municipal de dezembro, resultando na eleição de 306 chavistas entre 335 prefeitos.

É com essa divisão que Maduro agora espera vencer a eleição presidencial, sem precisar fraudar a contagem. A coalizão de oposição MUD foi desqualificada por ter boicotado a eleição municipal, mas dois de seus principais partidos, [Ação Democrática](#) (de Henry Ramos Allup) e Primeiro Justiça (de Henrique Capriles) puderam renovar o registro eleitoral, enquanto o mais intransigente, Vontade Popular (de Leopoldo López, em prisão domiciliar) se recusou a fazê-lo.

O pouco tempo para a oposição se entender, organizar e coordenar uma campanha, ante a estrutura permanente do chavismo, dificulta seu desempenho. Legalmente, é possível aos partidos de oposição indicar um mesmo candidato sem coalizão formal, mas não é simples, e a disposição de alguns de seus setores de boicotar o pleito pode lhes retirar votos preciosos.

Enquanto o ex-ministro [Ricardo Hausmann](#), professor em Harvard, e o ex-prefeito Antonio Ledezma (da Aliança Povo sem Medo), que em novembro fugiu da prisão domiciliar para a

Espanha, pedem abertamente uma intervenção estrangeira na Venezuela, outros opositoristas (sem o Vontade Popular) retomaram na segunda-feira 29 as negociações com o governo na República Dominicana.

Uma intervenção internacional é hoje improvável. Lobbies privados estadunidenses estão cada vez mais ativos na América Latina, mas só quem tem as armas é o governo Donald Trump, que dificilmente arriscará uma operação militar contra um exército fortemente nacionalista por uma região em relação à qual só quer muro para melhor isolá-la. Neste momento, tanto uma vitória da oposição quanto do governo parece possível. Nem uma nem outro, porém, parecem hoje ter um caminho para o país que não resulte em divisão e conflitos crescentes.